



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
MATEMÁTICA**

**ARQUITETURA INDÍGENA NO ESPAÇO URBANO:
DOS TRAÇOS URBANOS AOS TRAÇADOS GEOMÉTRICOS NAS AULAS DE
MATEMÁTICA**

PRODUTO EDUCACIONAL

**Marcos Santos Nascimento
Zélia Maria de Arruda Santiago**

Campina Grande - PB

2021

MARCOS DOS SANTOS NASCIMENTO

**ARQUITETURA INDÍGENA NO ESPAÇO URBANO:
DOS TRAÇOS URBANOS AOS TRAÇADOS GEOMÉTRICOS NAS AULAS DE
MATEMÁTICA**

Produto educacional apresentado à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática – PPGECEM.

Linha de pesquisa: Metodologia, Didática e Formação do Professor no Ensino de Ciências e Educação Matemática

Área de Concentração: Educação Matemática

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zélia Maria de Arruda Santiago

Campina Grande - PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244a Nascimento, Marcos dos Santos.
Arquitetura indígena no espaço urbano [manuscrito] : dos traços urbanos aos traçados geométricos nas aulas de Matemática / Marcos dos Santos Nascimento. - 2021.
26 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Zélia Maria de Arruda Santiago, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."

1. Geometria plana. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Material complementar. I. Título

21. ed. CDD 516

MARCOS DOS SANTOS NASCIMENTO

**ARQUITETURA INDÍGENA NO ESPAÇO URBANO:
DOS TRAÇOS URBANOS AOS TRAÇADOS GEOMÉTRICOS NAS AULAS DE
MATEMÁTICA**

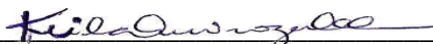
Produto Educacional apresentado à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática - PPGECEM.

Aprovado em 16/12/2021

BANCA EXAMINADORA



Dr^a Zélia Maria de Arruda Santiago (PPGECEM/UEPB)
Orientadora



Dr^a Keila Queiroz e Silva (UFCG)
Examinador externo



Dr^a Maria do Socorro Moura Montenegro
Examinador interno (UEPB)



Dr. Pedro Lucio Barboza
Examinador interno (UEPB)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 ARQUITETURA INDÍGENA: Construção de material didático no ensino de Matemática	5
2 PRODUTO EDUCACIONAL	9
2.1 APLICAÇÃO DO MATERIAL COMPLEMENTAR	11
2.2 QUESTÕES ELABORADAS PARA A PESQUISA	12
2.3 ARTEFATOS INDÍGENAS PRODUZIDOS PELOS PARTICIPANTES	19
2.3.1 Artefatos utilizados para batalha e caça	21
2.3.2 Artefatos utilizados para trabalhos manuais	23
2.3.3 Artefatos utilizados para movimentos religiosos	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25

APRESENTAÇÃO

Caros alunos(as), professores(as) e comunidade escolar,

Essa proposta didático-pedagógica surgiu através da pesquisa intitulada **ARQUITETURA INDÍGENA NO ESPAÇO URBANO: DOS TRAÇOS URBANOS AOS TRAÇADOS GEOMÉTRICOS NAS AULAS DE MATEMÁTICA**, que teve como objetivo produzir um material complementar correspondente à leitura e escrita para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo a contribuir para a valorização de temáticas relacionadas com o conhecimento e vivências dos estudantes e tornar o processo de ensino-aprendizagem significativo. Esse produto educacional é uma exigência do Programa de Pós-Graduação em ensino de Ciências e Educação Matemática – PPGECEM para obtenção do título de mestre.

No presente caso, utilizamos o ensino de Geometria Plana como referência, considerando o conhecimento histórico dos alunos e pesquisador e associando-o às imagens presentes nas fachadas dos prédios históricos e à influência dos nativos, para, assim, aplicar conceitos e regras de cálculo de área, a fim de resolver problemas propostos.

Observamos, com esta pesquisa, que o interesse dos alunos pelas aulas de Matemática se torna mais evidente, quando conseguimos relacionar o conhecimento pré-adquirido pelos estudantes ao conteúdo matemático trabalhado, desenvolvendo técnicas que tornem os objetos de aprendizagem significativos para os envolvidos no desenvolvimento das atividades.

Dessa forma, este produto educacional tem como intuito apresentar sugestões plausíveis de atividades que relacionem temas transversais com os objetos de aprendizagem da grade comum da Educação de Jovens e Adultos do município de Pocinhos-PB.

Os autores!!!!

1 ARQUITETURA INDÍGENA: Construção de material didático no ensino de Matemática

Nas últimas décadas, a educação vem recebendo forte influência para desenvolver metodologias capazes de valorizar o indivíduo, seus conhecimentos, cultura e costumes. Episódio esse que se tornou recorrente, desde a Constituição de 1998, que prega a educação como universal, tendo a obrigatoriedade de dar oportunidade de acesso a todo cidadão.

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016).

Definindo, ainda, modelos a serem seguidos, além de objetivos a serem cumpridos, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB, Lei nº 9.394/1996 que tem como garantia:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Assim, especificamente no caso da Educação de Jovens Adultos, a Seção V, Artigo 37 da LDB trata dos direitos do cidadão e do acesso a essa modalidade de ensino.

SEÇÃO V – Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996).

Considerando as informações contidas neste artigo, surgem algumas inquietações: Os direitos da parcela da sociedade que apresenta características de EJA estão sendo garantidos? Todo aluno fora de faixa etária está tendo o acesso à EJA? As condições para locomoção estão sendo efetivadas? Todas as localidades dos nossos municípios têm as mesmas condições? O poder público estimula acesso e permanência dessas pessoas na escola? O ensino profissionalizante é uma realidade para os jovens, adultos e idosos?

Mais importante que a garantia de acesso dos nossos alunos à escola é a garantia de que todos tenham educação de qualidade na idade adequada, afinal, se temos jovens matriculados na EJA é porque há alunos que não estão progredindo na idade adequada. O que os sistemas de ensino estão fazendo para amenizar ou solucionar essa problemática? As Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental – DCNEF – determinam que:

Art. 45 A idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos (Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010).

Parágrafo único. Considerada a prioridade de atendimento à escolarização obrigatória, para que haja oferta capaz de contemplar o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos na faixa dos 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade/série, tanto na sequência do ensino regular, quanto em Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, torna-se necessário:

I – fazer a chamada ampliada dos estudantes em todas as modalidades do Ensino Fundamental;

II – apoiar as redes e os sistemas de ensino a estabelecerem política própria para o atendimento desses estudantes, que considere as suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, inclusive com programas de aceleração da aprendizagem, quando necessário;

III – incentivar a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos períodos diurno e noturno, com avaliação em processo (BRASIL, 1996).

A EJA não é o problema, mas o fato de termos alunos para formação nessa modalidade configura o reflexo da problemática no ensino regular, em que os alunos estão ficando reprovados ou mesmo se evadindo. Os nossos sistemas de ensino precisam assumir responsabilidades, como investir em formação profissional, equipe multidisciplinar, social e psicológica, bem como em melhorias físicas nos ambientes escolares, transporte e alimentação de qualidade. No entanto, essas ações continuarão tendo pouco resultado, se não houver acompanhamento das famílias envolvidas, com problemas diversos e capazes de influenciar

diretamente no desenvolvimento intelectual das crianças. Assim, para que o problema seja resolvido, é preciso solucionar as causas que levam ao insucesso das nossas crianças.

Nesse sentido, quando avaliamos quem é o público que frequenta as turmas de Educação de Jovens e Adultos, normalmente, podemos comprovar que, se forem jovens, dizem respeito a crianças que não tiveram sucesso no Ensino Regular, se adultos ou idosos, referem-se a pessoas que precisaram deixar de estudar para ajudar no sustento das suas famílias, regressando anos depois para a escola, muitas vezes por necessitarem de formação para garantir um emprego. Isso demonstra que os alunos matriculados no EJA representam um público que, em sua maioria, chega com problemáticas esclarecedoras do fracasso em resultados educacionais. Para Saviani (1991),

A clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual a direção que cabe imprimir à questão educacional (SAVIANI, 1991, p. 103).

A citação transcrita corrobora com o entendimento de que a educação não é realidade apenas na escola, com a transmissão do saber, mas com um conjunto de ações que precisam ser realizadas para amenizar as causas do fracasso escolar. Uma das ações seria tornar o ensino atrativo, atribuindo-se significado para o conteúdo ensinado. A Base Nacional Comum Curricular -BNCC- (2018), propõe

[...] a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (BRASIL, 2018, p. 15).

A Base sugere um modelo que se busca há alguns anos, oportunizando trabalhar de forma a buscar satisfação profissional e pessoal, de modo que o sujeito possa se sentir acolhido, além de ter o seu conhecimento valorizado, fazendo parte do processo, afinal, nenhum ser é totalmente desprovido de conhecimento, traz consigo as aprendizagens impostas pelas vida, pelo cotidiano, enquanto ser humano, além de vivências com outras pessoas e outros povos. Em consonância, as DCNEF defendem:

Art. 24 A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

§ 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.

§ 2º Constituem exemplos de possibilidades de integração do currículo, entre outros, as propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores, projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, currículos em rede, propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal, e projetos de trabalho com diversas acepções.

§ 3º Os projetos propostos pela escola, comunidade, redes e sistemas de ensino serão articulados ao desenvolvimento dos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, observadas as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art. 17) e nos termos do Parecer que dá base à presente Resolução. Art. 25 Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas (BRASIL, 2013, p. 135-136).

Desta feita, trazemos como proposta para a Educação de Jovens Adultos do município de Pocinhos-PB, oficinas de produção de material didático complementar à essa modalidade de ensino. Inicialmente, propõe-se o debate com o corpo docente, discutindo formas e metodologias a serem aplicadas, para que se chegue a resultados satisfatórios, seguido da interação com os alunos, debatendo-se, planejando e produzindo o material, seja ele escrito ou mesmo através de objetos palpáveis, tendo seu ápice na finalização e apresentação do resultado obtido. Todo o processo deve ser democrático, dando oportunidade de todos contribuírem e deixarem a sua marca.

2 PRODUTO EDUCACIONAL

Apresentamos como proposta para o produto educacional a realização de oficinas de produção de material didático complementar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, quer seja material escrito ou palpável, respeitando sempre as limitações impostas pela escola, sobretudo pelo momento singular da realização da proposta, em que as aulas estavam ocorrendo de forma remota, por conta da COVID-19. Dessa forma, a interação ocorreu por meio da plataforma *Googlemeet*, em que apenas onze alunos tinham acesso, dentre os quais, oito se dispuseram a participar da pesquisa.

A proposta consistia em realizar oficinas com professores e alunos, utilizando um tema gerador, neste caso, as contribuições dos nativos locais para a cultura contemporânea, sobretudo no tocante às figuras geométricas planas presentes nas fachadas dos prédios do centro histórico da Cidade de Pocinhos-PB, sempre trazendo à tona questionamentos a respeito de objetos do cotidiano que apresentassem essas características.

Para que a pesquisa fosse realizada, foi necessário se aprofundar na temática e buscar informações bibliográficas a respeito dos nativos do Brasil, iniciando-se pela invasão dos europeus, o processo de formação das comunidades, batalhas entre invasores e nativos, até chegar ao local da pesquisa, onde há pouco registro dos índios desse lugar. Para isso, tivemos como base os pressupostos teóricos de Gurjão (2021), com relatos orais do historiador e arqueólogo local Plínio Victor.

No intuito de construir material complementar acessível a alunos de EJA, algumas questões nortearam a pesquisa: (i) Quais formas arquitetônicas legadas pelos indígenas são observadas pelos estudantes da EJA no espaço urbano da cidade de Pocinhos?; (ii) É possível relacionar estas formas arquitetônicas da cultura indígena com o conteúdo de Geometria nas aulas de Matemática? e (iii) Como desenvolver uma proposta didático-pedagógica com os alunos da EJA, aproximando saberes arquitetônicos indígenas e saberes da Matemática? Ao considerar-se estas questões, o objetivo geral proposto é analisar as contribuições pedagógicas fundadas no legado arquitetônico indígena, ao relacioná-las com o conteúdo de Geometria na aprendizagem de alunos da EJA em aulas remotas na disciplina de Matemática. Deste objetivo, originam-se os objetivos específicos seguintes: (i) verificar, nas entrevistas concedidas por alunos da EJA, relatos sobre as formas arquitetônicas da cultura indígena, por eles observadas, ao interagirem com o espaço urbano em atividades cotidianas; (ii) relacionar formas arquitetônicas da cultura indígena presentes na urbanização da cidade de Pocinhos-PB com o conteúdo de Geometria Plana em aulas remotas de Matemática e (iii) aplicar uma proposta

didático-pedagógica em aulas remotas com alunos do EJA, relacionando fontes arquitetônicas indígenas às formas geométricas na disciplina de Matemática. Desse modo, estimula-se a valorização de experiências históricas e geracionais entre os jovens estudantes e aproxima-se a cultura indígena passada da cultura urbana atual

Além disso, procuramos fazer com que toda a comunidade escolar, professores, alunos, coordenação e direção, se identificassem como sujeitos do processo educacional e percebessem a sua importância para o processo de ensino-aprendizagem, enquanto um conjunto de saberes inter-relacionados, somando-se valores capazes de transformar realidades. Para Freire (1996),

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. (FREIRE, 1996, p.57).

Assim, a educação precisa mudar paradigmas, mostrando para alunos e professores que deve ser democrática e que todas as partes envolvidas, seja aluno, professor, apoio escolar ou mesmo a família, não saem desse processo vazios, pois todos aprendem mutuamente.

Em colaboração com a fala de Freire (1997, p. 25), “*Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*”, buscamos interagir, a partir de diálogos que se configuravam muito mais como uma roda de conversa, coletando informações, discutindo o que entendiam por tal figura geométrica apresentada e o que identificavam no cotidiano, em casa ou no trabalho que tivesse relação com características dessa imagem.

A proposta iniciou-se a partir de conversas com os professores da turma, sendo possível identificar pontos a serem considerados para a finalização do material a ser aplicado, através de questões contextualizadas, com interação entre a história da localização das edificações e as imagens presentes nas suas fachadas.

A partir da finalização do material complementar escrito, iniciamos o contato com a turma, o qual ocorreu de forma semipresencial, devido à pandemia do Covid-19. Dessa maneira, a interação com a turma foi realizada por meio da plataforma digital *googlemeet* e as entrevistas, de forma presencial, no intuito de poder analisar melhor as reações e emoções e, assim, realizar-se outras indagações.

2.1 APLICAÇÃO DO MATERIAL COMPLEMENTAR

A interação com a turma, embasada no uso do material complementar, se deu em dez encontros de duas aulas, totalizando 20 aulas, entre observação, discussão do conteúdo, aplicação do material, oficina de confecção de artefatos indígenas e análise dos resultados.

Os dois primeiros encontros foram direcionados à apresentação e observação da metodologia desenvolvida pelo professor de Matemática, ocorrendo a interação com a turma nos horários dessa disciplina, sendo que os demais professores participaram da discussão a respeito do material.

No terceiro encontro, o pesquisador assumiu a interação direta com a turma, discutindo sobre o conteúdo Geometria Plana, atividades laborativas desenvolvidas pelos participantes, sua trajetória de vida e escolar, além de procurar entender o que sabiam sobre a história local.

O quarto encontro foi aprofundado com a discussão a respeito da história local, espaço no qual puderam interagir mais, afinal, no encontro anterior foi pedido que listassem edificações que julgassem históricas para a cidade. Os oito participantes apresentaram vários exemplos de edificações, além de suas histórias, como as casas da rua Emerciana, Casa da Caridade, cadeia pública, as localizadas ao redor da praça central, a edificação da igreja matriz, além de citarem edificações que foram totalmente modificadas ou mesmo demolidas nos últimos anos.

O quinto encontro ocorreu após entrega do material complementar, preparado pelo pesquisador. Nesse material, foi abordado o conteúdo Geometria Plana e associado a eles, questões que traziam a história ou curiosidade de algumas edificações, enfatizando as figuras planas que estavam evidenciadas, seja na fachada ou mesmo na estrutura física.

Para o sexto encontro, fizemos uso de fórmulas para calcular área de Figuras Planas, quadrado, retângulo, triângulo, losango ou mesmo a circunferência. Nesse momento, nos detemos à aplicação de fórmulas para resolver problemas. A partir da fala dos alunos, ficou evidente que vários deles haviam tentado resolver as questões e que suas informações tiveram elevado significado, o que evidenciou o interesse pelas questões que fazem referência à sua história ou mesmo que sejam sabedores dos seus significados, como é o caso do prédio que abrigou o Cine São José, cujas falas dos alunos mais velhos despertou interesse nos mais jovens, que conheceram o prédio sem o funcionamento - muitos deles até mesmo na fase em que não mais existia o telhado.

O encontro seguinte, o sétimo, foi para discutir as respostas apresentadas. Nessa discussão, muitos afirmaram ter dificuldades para interpretar o que pedia a questão, enquanto

que para outros a principal dificuldade se justificava desde sempre nas operações básicas. No entanto, procurou-se demonstrar que o resultado final não era o mais importante, que o procedimento aplicado, a identificação da fórmula adequada, a leitura da questão e o saber relacionar os conhecimentos pessoais com os escolares teriam mais significado que o resultado final. Após discussão a respeito de possíveis soluções, mostrando que não existe a forma ideal para resolução e que cada um pode usar o procedimento que julgar mais adequado, encerramos o encontro deixando aos participantes a incumbência de pesquisarem objetos indígenas que apresentassem formas geométricas para discutirmos na aula seguinte.

No oitavo encontro, os participantes trouxeram várias imagens de objetos indígenas que apresentavam formas geométricas planas, relacionando-as, de imediato, com as figuras que estavam evidenciadas nas fachadas dos prédios históricos, quer seja objetos para ornamentação, caça, pesca ou mesmo utensílios de uso nas aldeias.

O nono encontro foi para simular cálculo de área de figuras geométricas identificadas na pesquisa dos participantes, fazendo o uso das informações apreendidas com a resolução das questões propostas anteriormente. Durante a discussão, foi organizada, para a aula seguinte, apresentação de reprodução de objetos indígenas que apresentassem formas geométricas planas.

Finalizamos a interação virtual com os participantes por meio da apresentação dos objetos reproduzidos pelos alunos, de suas características, utilização, bem como da importância do saber dos nativos para o desenvolvimento de técnicas de sobrevivências das populações ao longo das várias gerações.

2.2 QUESTÕES ELABORADAS PARA A PESQUISA

O material complementar foi preparado considerando-se a realidade da história local, de modo a despertar o senso de preservação do patrimônio material e imaterial da nossa formação enquanto município. Estamos tratando de um tema gerador, com um leque de possibilidades a serem trabalhadas nas diversas áreas, quer seja Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte ou mesmo a área de linguagens, produzindo-se textos para o registro das atividades propostas.

Dessa forma, elaboramos oito questões, iniciando pela reprodução da planta baixa do Cine São José, tendo como objetivo apresentar o que seria lado e perímetro, pré-requisitos para a resolução das questões seguintes.

Para as três primeiras questões, utilizamos como referência o texto que trata do prédio que abrigava o cinema, discutindo a sua importância e demonstração de poder econômico.

O CINE SÃO JOSÉ

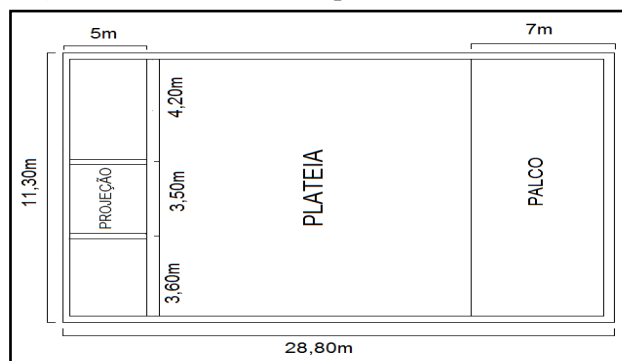
Localizado na parte central da cidade de Pocinhos, foi construído para realizar eventos e, sobretudo, transmitir filmes. Durante vários anos, foi o principal ponto de encontro e meio de diversão dos jovens pocinhenses. Com a decadência da produção do sisal, a economia do município foi fortemente afetada, inviabilizando o funcionamento do Cinema que deixara de realizar suas atividades. Após alguns anos sem manutenção, sua cobertura desmoronou, restando as paredes. Alguns anos depois, o governo municipal realizou com a paróquia local a permuta com o prédio da Caridade, onde funcionou por vários anos uma creche, ficando o prédio do cinema sob outorga da igreja católica.

No ano de 2012, é fundado no município de Pocinhos o Instituto Memorial da Borborema, que desenvolve atividades de conscientização, preservação e restauração do patrimônio material e imaterial dos povos da Borborema paraibana, tendo a sua sede no Município de Pocinhos-PB. Naquela oportunidade o pároco local cedeu ao Instituto a tutela do Cinema para se realizar ações de captação de recursos, na tentativa de que este prédio pudesse ser restaurado e voltasse a servir a cultura local, abrigando um centro de artes com apresentação artística e cinema de rua.

O Instituto chegou a elaborar projetos em busca de recursos para a restauração do prédio, no entanto, não se conseguiu finalizar os trâmites devido a burocracia e ao tempo para formular e aplicar tais ações. Além da escassez de recursos federais, normalmente destinados a esse tipo de projetos, as ações deixaram de ser disponibilizadas, devido à crise político-econômica. Em 2015, a prefeitura finaliza a construção do prédio que seria uma creche municipal, entregando o prédio improvisado à paróquia. Neste momento, o acordo firmado entre a prefeitura e a igreja não teria mais sentido. Dessa feita, a prefeitura voltou a dominar o espaço do prédio referente ao cinema e a paróquia o domínio do prédio da caridade.

Em seguida, foi exposta a representação da planta do Cine São José, na qual apresentamos as medidas que definem a área do prédio referente ao cinema, onde se localiza a entrada da bilheteria e a escada de acesso aos dois camarotes, assim como a sala de projeção, observando-se, na planta, a parte de baixo, o espaço da plateia e um palco que abrigava a tela de projeção dos filmes apresentados naquele momento.

Figura 1 - Planta baixa do prédio do cinema



Responda às questões a seguir, utilizando como referência as medidas do prédio do cinema.

QUESTÃO 1: Determine o perímetro do(a):

a) Palco	b) Plateia
c) Sala de projeção	d) Área Total do cinema

QUESTÃO 2: Com base nas medidas do cinema, calcule quantos metros de cerâmica foram necessários à cobertura do piso do espaço reservado a plateia.

QUESTÃO 3: Considerando que a primeira fileira das cadeiras no auditório do cinema deve ficar há 2 metros do palco, devendo ter um corredor de 1,3 metro, que cada poltrona ocupa 1 metro de largura, além da distância entre a poltrona da frente ser de um metro, incluindo o seu comprimento do assento, calcule a capacidade máxima de pessoas sentadas na plateia do **CINE SÃO JOSÉ**.

Podemos observar que, na questão 1, foi pedido, inicialmente, para se realizar a medida de perímetros, no entanto, na letra d, pediu-se para calcular a área total do cinema, tendo como objetivo saber se os participantes conseguiam relacionar as medidas dos lados com o cálculo de área. Dessa forma, obtivemos bons resultados, sobretudo, no momento que discutimos a respeito do modelo utilizado para buscar a solução.

No tocante à questão 2, objetivamos identificar se estavam conseguindo relacionar os dados com o que foi desenvolvido na questão anterior. Pelas entrevistas posteriores, ficou evidenciado que a maioria conseguiu fazer tal relação, contribuindo para se chegar ao resultado mais rapidamente.

Em relação à questão 3, cuja maioria deixou sem resposta, foi identificado, na fala dos alunos, que a questão trazia muita informação, além de não apresentar um esboço de como ficaria essa divisão da plateia para facilitar o entendimento. Os alunos que apresentaram resposta afirmaram conhecer o cinema na época em que funcionava, o que justifica terem conseguido fazer um desenho para demonstrar como ficaria essa divisão. Assim, através das falas dos participantes, foi verificado que conhecer o objeto de estudo facilita o entendimento, ou seja, a forma de interpretar dados.

Para a questão seguinte, apresentamos o texto que falava sobre a história do professor e músico João Alexandrino, enfatizando a casa do artista, denominada “A casa dos Talentos”, devido a toda sua contribuição para a juventude local que tem o sonho de desenvolver as suas habilidades musicais. Para tal, foi trazido um texto para reflexão, mostrando a importância de o espaço físico existir, para que o professor desenvolvesse as suas atividades. Apresentamos, ainda, a influência que levou os habitantes a representarem figuras geométricas nas fachadas dos prédios, finalizando com a solicitação de se calcular a área de retângulos e enfatizando-se

a necessidade de interpretação de texto para compreender que não se tratava apenas de um retângulo ou mesmo que a questão levava os participantes a entenderem o que seria simetria.

JOÃO ALEXANDRINO E A CASA DOS TALENTOS

Quem em Pocinhos não conhece a residência registrada na foto 1? Por meio desta foto ver-se um prédio construído em 1920, identificando-se umas imagens destacadas, localizada à rua que nunca será velha, a RUA NOVA do Centro da Cidade de Pocinhos. Nela reside o escritor, professor, diretor escolar, teólogo, músico e descobridor de talentos João Antônio Alexandrino, sempre acolhedor, extrovertido e estudioso, aquele que como a rua, nunca envelhece, eterna criança, patrimônio vivo da História da Educação e do município de Pocinhos. Observamos que a fachada da casa apresenta formas geométricas e traços oriundos da Art Décor que teve seu início em 1910, na cidade de Paris. Utilizava muitas faces geométricas como quadrados, retângulos, triângulos, círculos e circunferências, entre outras imagens.

A cidade de Pocinhos, localizada no interior da Paraíba, mantinha contato com esses traços devido ser distrito de Campina Grande, quando apresentava elevado período de crescimento econômico e populacional. Muitos pocinhenses traziam, através de imagens de revistas, o que era moda arquitetônica na Europa, a exemplo dos traçados delineados na cidade de Paris. Tais traços eram incorporados às construções pocinhenses naquele período, apresentando formas para enriquecer seus detalhes arquitetônicos, demonstrando requinte de nobreza divulgadas em fotos e revistas.

As construções das casas do vilarejo de Pocinhos ocorreram no século XIX, no entanto, muitas das edificações foram remodeladas para ganhar informações ditas modernas, além de muitas delas terem sido demolidas e feitas novas construções naqueles terrenos. A residência do referido escritor (figura 2) apresenta na fachada alguns retângulos simétricos, ou seja, com as mesmas medidas e características. Podemos identificar o espaço onde está inscrito o ano 1920 em forma de uma elipse. Na parte inferior da parede é fácil comprovar que foram realizadas modificações significativas, sendo preservada a sua parte superior.

Figura 2: Casa do Músico João Alexandrino



Fonte: Próprio Autor

QUESTÃO 4: Considerando que cada retângulo visualizado na fachada da casa do músico João Alexandrino tem medidas de 1,5 metro

de comprimento por 0,5 metro de altura, calcule o espaço ocupado pelos quatro retângulos simétricos.

Os alunos participantes da pesquisa demonstraram bastante interesse pelo tema, sobretudo, contando causos a respeito da Casa dos Talentos. Alguns revelaram, ainda, ter sido alunos do professor, que, segundo eles, sempre teve aulas dinâmicas, buscando valorizar o conhecimento de cada um dos seus alunos. Em relação ao cálculo da área dos retângulos, alguns participantes apresentaram cálculos, no entanto, tiveram dificuldade de compreender que se tratava de quatro figuras e que a questão pedia a área total dessas e não apenas de um dos retângulos.

Falta de segurança, receio de apresentar resultados incompletos ou mesmo o medo de errar, levam os participantes a deixarem a questão sem resposta, mesmo que tenham tentado, de acordo com a compreensão do que se pedia. A dificuldade de interpretação fica evidenciada em questões cuja resolução precisa ser realizada em mais de uma etapa, pois, na questão 5, era apresentada a figura de uma casa que tinha, na sua fachada, a representação de três losangos, no entanto, era solicitado o cálculo da área de apenas um deles. Assim, mais participantes conseguiram chegar ao resultado esperado, apesar de a maioria não apresentar a unidade de área, algo muito comum em todas as questões trabalhadas.

QUESTÃO 5: Na imagem a seguir, identificamos uma casa localizada à rua Getúlio Vargas (Figura 3) que tem preservada a parte superior da fachada, sendo possível identificar três losangos.

Figura 3: Edificação na Rua Getúlio Vargas



Fonte: Próprio Autor

Considerando que as diagonais do losango da imagem acima são, respectivamente, 1 metro e 0,5 metro, calcule a sua área.

QUESTÃO 6: A CASA DA CARIDADE

Durante muitos anos do século XIX, o Cearense Padre Ibiapina viajou pelo Nordeste com missões que envolviam pregação da palavra, romarias e principalmente a caridade. O estudioso das ações do padre Plínio Victor, identificou que esse chegou a construir mais de vinte casas da caridade, servindo naquela época para abrigar crianças abandonadas pelos pais que não tinham condições de criar, sendo administradas por freiras e mantidas por doações. O padre construiu uma dessas edificações por trás do espaço onde estavam localizados os poços que deram origem ao nome do Município, Pocinhos. O prédio (foto 3) abrigou escola e uma creche, no momento está sob o comando da igreja católica, do qual o pároco local projeta instalar uma escola de formação.

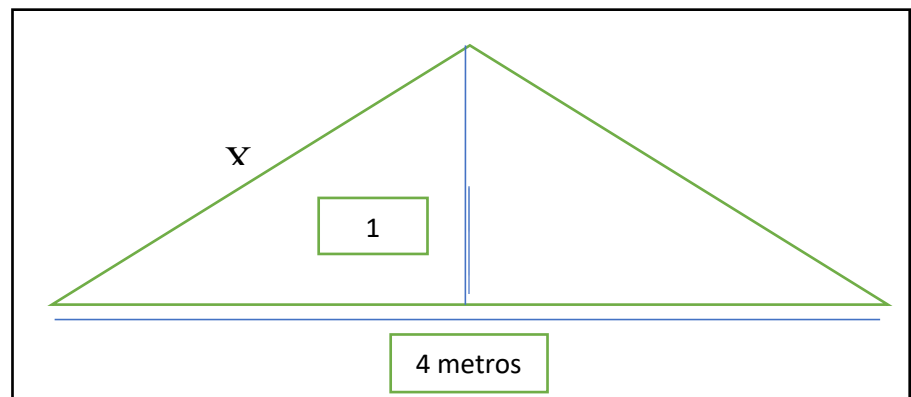
Figura 4: Casa da Caridade



Fonte: Próprio Autor

Observe que o prédio apresenta algumas formas geométricas nas formas da sua fachada, sendo retângulos as três janelas do lado direito da imagem, no entanto, as quatro janelas da parte esquerda não podem ser consideradas retângulos pois a parte superior não é representada por uma reta. Na parte superior, abaixo da cruz, podemos identificar um triângulo isósceles (dois lados com medidas iguais), podendo ser representado pelo triângulo a seguir.

Figura 5 – Parte superior da Capela da Caridade



Fonte: Próprio autor

Calcule, aplicando o Teorema de Pitágoras, a medida do lado X.

QUESTÃO 7: Em 1908 a atual edificação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, no município de Pocinhos-PB, foi concluída com vários altares de diferentes formas, conforme a capela de São João Batista representada pela

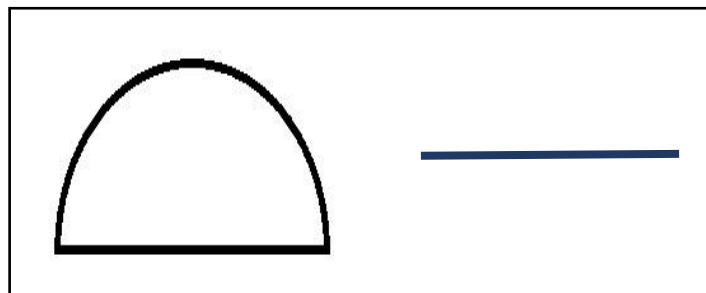
foto 4. Podemos identificar vários traços geométricos, como os representados nas figuras 2 (semicircunferência) e 3 (linha reta). Ao remetermos às construções indígenas, identificamos semelhanças que aparecem na porta das residências ou mesmo na cobertura das ocas (casas construídas pelos índios).

Figura 6 – Capela de São João



Fonte: Próprio Autor

Figura 7 – Representação de uma semicircunferência e semirreta



Fonte: Próprio Autor

Considerando a imagem da capela de São João Batista, localizada no interior da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, sendo a porta de vidro, onde podemos observar que a parte superior representa uma semicircunferência, tendo como raio 0,3 metros, calcule:

a) O comprimento da semicircunferência	b) A área do semicírculo
--	--------------------------

Ficou evidenciado, na resposta dos participantes, que esses entendiam o conceito de circunferência, no entanto, faltava interpretar o que, de fato, queria a questão, já que muitos

deles conseguiram calcular a área da circunferência, sem atentarem que se tratava de uma semicircunferência.

QUESTÃO 8: A casa paroquial, ligada à igreja católica, abriga a secretaria da paróquia e a residência dos padres. Sua frente é voltada para a frente da prefeitura municipal, apresentando três grandes janelas, como é possível verificar na foto 5.

Figura 8: Casa Paroquial



Fonte: Próprio Autor

Considerando que as janelas tenham as mesmas medidas, qual a área total das três janelas, onde a parte retangular tem como medidas 0,8 metro de largura por 1,0 metro de altura?

Sugestão: Calcular a área do retângulo separadamente da área do semicírculo, que tem como raio 0,4 metro.

Aqui, mais uma vez os alunos entenderam a questão, mas não atentaram para os detalhes do que era solicitado, deixando a questão incompleta.

2.3 ARTEFATOS INDÍGENAS PRODUZIDOS PELOS PARTICIPANTES

Desde a chegada dos invasores ao Brasil, os nativos foram renegados à condição de seres inferiores, não sendo respeitadas a sua cultura, saberes e os conhecimentos necessários à sobrevivência. Além disso, seus registros históricos eram realizados por pessoas que não pertenciam a esses povos, ou seja, com a visão de que os índios eram hereges, seres desprovidos de inteligência e sentimentos.

Dessa feita, aquilo que era produzido por esses povos não eram registrados, até mesmo os livros de História, por muito tempo, trataram essas pessoas como seres à parte da condição humana, tanto que tratavam a chegada dos europeus como uma descoberta de novas terras,

como se observa na citação a seguir. Mas, afinal, não já tinha sido descoberta pelos povos que aqui habitavam?

O Brasil era habitado por selvagens, cuja origem ainda não era perfeitamente conhecida.

Andavam os indígenas geralmente nus, ou com uma pequena tanga de penas. Tatuavam-se, furavam os lóbulos das orelhas e o septo nasal, onde introduziam penas; e, para as festas, pintavam o corpo com côres vivas. Gostavam de adornar-se com colares, braceletes, brincos de pequenos ossos ou de madeira. Traziam à cabeça cocares ou carapuças de penas (BRASIL, 1968, p. 375).

Podemos observar que a fala era repleta de preconceitos, tratando os índios como selvagens, com elevado desprezo, mesmo destacando seus gostos, quando fala dos seus adornos. O texto continua e mesmo não afirmando que os nativos eram dotados de inteligência, apresentam os seus feitos, como na forma de construir suas moradas.

Obtinham o fogo pelo atrito de dois paus. Alimentavam-se de frutas e produtos da caça e da pesca. Algumas tribos faziam pequenas plantações de mandioca e milho.

As aldeias ou tabas formavam-se de tôscas choupanas (ocas), reunidas em torno dum pátio (ocara); eram geralmente construídas em lugar alto, não longe de boa aguada e tinham uma cêrca (caiçara), que as protegia contra o ataque dos inimigos. A taba durava, geralmente, poucos anos: quando a caça rareava nos arredores, abandonavam a velha morada (tapera) e iam construir outra, em lugar mais favorável (BRASIL, 1968, p. 375).

Joaquim Silva, autor do livro de História do livro de admissão, evidencia no seu texto que os nativos eram seres dotados de vasta inteligência, construía casas mais simples, pelo fato de que necessitariam mudar, quando o alimento ficasse escasso, além de sempre se fixarem em lugares ricos em água e onde fosse possível avistar o inimigo que, por ventura, se aproximasse.

Ainda, em relação aos meios de sobrevivência, os índios produziam instrumentos para a guerra e defesa, mesmo porque havia conflito entre várias tribos.

Uma das principais ocupações dos indígenas era a guerra; faziam-na quase sempre de surpresa, pelo mais fútil motivo: com o fim de disputar melhor lugar para a taba e para a caça, ou em vingança duma afronta. Guerreavam com o arco, a flecha, a clava ou tacape e a lança. Algumas tribos usavam zarabatana, tubo pelo qual, soprando, se atiravam flechas muito finas e ervadas (BRASIL, 1968, p. 376).

Para o homem branco, o que era feito pelo nativo era sempre por serem selvagens, seres inferiores, não assumindo que as suas ações eram permeadas de significados, buscando o meio de sobrevivência, no qual venciam os mais inteligentes, que fossem capazes de produzir material que os auxiliassem na batalha.

Dessa feita, através de investigações realizadas pelos participantes da pesquisa, foram reproduzidos artefatos indígenas, buscando reflexão a respeito da história dos nativos e de sua influência na contemporaneidade. Afinal, quando os livros tratam de outros povos descobrirem o fogo, chamam isso de evolução, já quando se referiam aos índios brasileiros, não se afirmava serem dotados por terem essa sabedoria. Quando os europeus chegaram ao Brasil e dizimaram várias tribos, chamavam de desbravar, já quando o índio lutava para ter melhores condições de vida era considerado motivo fútil.

Com base no que foi solicitado aos participantes, esses utilizaram material que tinham em casa, como cabo de vassoura, papelão, pedaço de cano ou arame para reproduzir os objetos, tendo o auxílio do pesquisador com o material que necessitassem e não tivessem à disposição, como fita ou tinta.

2.3.1 Artefatos utilizados para batalha e caça

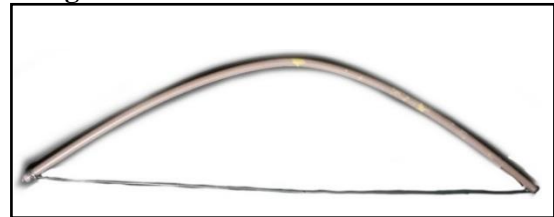
Alguns objetos foram reproduzidos no intuito de representar as armas utilizadas para a caça, além de batalhas com as tribos rivais, como o arco e flecha e a lança, em formatos diferenciados. Para tal, pudemos indagar quais reflexões os participantes fizeram a respeito dessa atividade, tendo entre outras respostas, a necessidade de saber a origem dos nossos antecessores, a influência deles para a nossa cultura, a inteligência daquele povo, os mitos que acreditam ser verdade e, sobretudo, como aqueles povos sabiam desenvolver tudo que precisavam para a sobrevivência.

Figura 9: Flecha

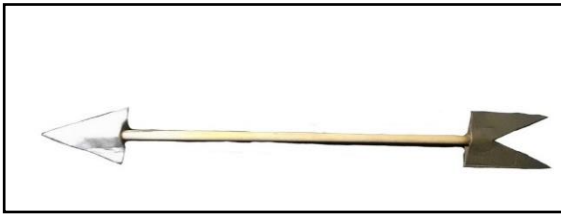


Fonte: Próprio Autor

Figura 10: Arco



Fonte: Próprio Autor

Figura 11: Flecha

Fonte: Próprio Autor

Figura 12: lança

Fonte: Próprio Autor

Por serem considerados seres inferiores, os nativos não tinham os seus hábitos e costumes respeitados, sendo seus registros feitos como pessoas sem cultura ou mesmo sentimento. Os registros escritos, meios de comunicação e os detentores do poder no país tratavam/tratam de tornar invisíveis esses povos, afinal, eles não geravam/geram lucros, diferente dos agropecuaristas que investem em publicar os seus produtos e dar rentabilidade para a mídia. Para Grupioni (2012):

Os meios de comunicação continuam produzindo imagens distorcidas da realidade indígena. As organizações não governamentais, que realizam campanhas de apoio aos índios e produzem material informativo de qualidade sobre eles, têm atingido uma parcela muito reduzida da sociedade. O Estado brasileiro, por sua vez, tem implementado políticas e programas de assistência aos índios sem levar em consideração o conhecimento disponível sobre estas populações e mesmo a opinião destes grupos. Preconceito, desinformação e intolerância têm, assim, cercado as populações indígenas no Brasil (GRUPIONI, 2012, p.13)

Mais recentemente foi aprovada a Lei 11.465/08, que inclui, no currículo escolar, a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, alterando a lei 9.394/96:

Art. 1º O art. 26 - A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Assim, mesmo apresentando muita resistência por parte da agropecuária, os nativos têm a seu favor uma lei que garante que os sistemas de ensino são obrigados a difundir nas salas de aula estudos sobre esses povos, valorizando a sua cultura.

2.3.2 Artefatos utilizados para trabalhos manuais

A diversidade de conhecimento e objetos produzidos pelos nativos é muito grande, sendo utilizados para diversas finalidades, caça, pesca, arar a terra, cultivar alimento, derrubada de madeira para produzir fogo, esquentar, cozinhar ou preparar o alimento. Dessa forma, os utensílios confeccionados vão muito além de produzir armas, como é comum encontrarmos em diversos escritos. O nativo produz aquilo que é para ser utilizado, mesmo que seja apenas um ornamento, teria efeito para animar, alegrar os seus rituais, camuflagem ou enaltecer as suas divindades.

O machado e a machadinha tinham/têm a sua finalidade, quer seja para cortar madeira, alimentos ou mesmo na caça, finalizando o processo de preparação do alimento. A sua sabedoria tem a capacidade de identificar que material seria o mais adequado para cada atividade, mesmo apresentando características semelhantes, seria como escolher a faca adequada para cada situação.

Figura 13: Machado



Fonte: Próprio Autor

Figura 14: Machadinha



Fonte: Próprio Autor

Assim, podemos afirmar que os índios apresentavam/apresentam elevado nível intelectual, conseguindo produzir o que precisavam/precisam para sobreviver, sendo muito dos objetos semelhantes a outros usados, há milênios, por outros povos de outros continentes, se diferenciando pelo respeito à natureza, que lhes fornece os meios de sobrevivência, por meio da adoração a variados deuses através de suas crenças.

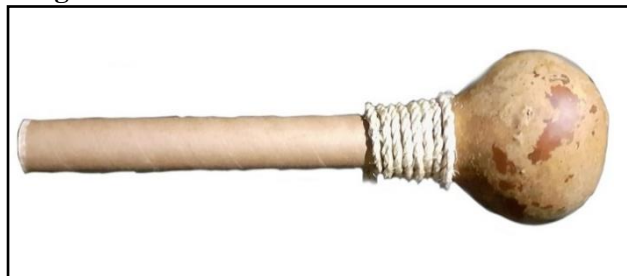
2.3.3 Artefatos utilizados para movimentos religiosos

Podemos citar aqui alguns tipos de crenças que permeiam o nosso planeta há milhares de anos, seja o hinduísmo, cristianismo, budismo ou islamismo, no entanto, as crenças das tribos indígenas são levadas a serem desacreditadas, sobretudo, pelos colonizadores que impunham a sua crença às tribos por eles dominadas. Essas em sua maioria eram escravizada ou quando não eram, acabavam exterminadas, sendo tidas por hereges.

Utilizando o pretexto de catequizar os índios, a coroa portuguesa sempre tinha o sacerdote que iria tratar de fazer o seu papel: que era muito mais de “domesticar” que torná-los cristãos. As crenças dos nativos eram desrespeitadas, procurando-se meios de construir uma nova visão de deuses, sendo colocado para eles que não existiria vários deuses, mas apenas o do cristianismo.

Assim, procurando representar objetos de rituais de danças guerreiras ou religiosas dos nossos nativos, o participante da pesquisa reproduziu um chocalho, também chamado de maracá.

Figura 15: Chocalho



Fonte: Próprio Autor

Para decoração, eles utilizavam o filtro dos sonhos, acreditando que lhes protegia dos maus espíritos, livrando-os dos pesadelos.

Figura 16: Filtro dos sonhos



Fonte: Próprio Autor

Dessa forma, podemos afirmar que toda ação dos nativos era/é carregada de significados, para sobrevivência ou mesmo alimentando as suas crenças, quer seja na hora de produzir ou mesmo de se livrarem de ameaças espirituais ou físicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mestrado profissional proporciona aos educadores formação continuada, sobretudo, no tocante à produção de produto educacional que possa ser aplicado e à experimentação de metodologias capazes de inovar ou mesmo demonstrar possibilidades de melhorar/modificar realidades presentes no cotidiano das nossas escolas.

O material complementar pode ser uma importante ferramenta, para que os sistemas de ensino possam produzir material didático, que valorize a realidade local. Para isso, se faz necessário que os profissionais da educação possam receber formação adequada e compatível para cada realidade, quer seja com alunos da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio ou mesmo da Educação Especial.

Assim, sugerimos, neste produto educacional, que sejam realizadas oficinas de produção de material complementar, sob a ótica da interdisciplinaridade, utilizando temas geradores e fazendo com que ocorra interação entre as mais variadas áreas do conhecimento. No caso em comento, fizemos uso da temática História Indígena e sua relação com figuras geométricas planas, levando nossos alunos a aplicarem fórmulas para resolver problemas produzidos, a partir de registro de fontes históricas locais do município de Pocinhos-PB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm, acesso em 08 de mai. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa de Admissão**. 1968.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. *In*: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org) – **Índios no Brasil**, SMC-SP, São Paulo, 1992

GURJÃO, Eliete de Queiroz e Lima, Damião de. (Orgs.) **Estudando a História da Paraíba** / Eliete de Queiroz Gurjão.- 2 ed. atual. e ampl.- Campina Grande, EDUEPB, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).